

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA

Exercício de 2015

21 de abril de 2016

RUA TOMÁS DA FONSECA - TORRES DE LISBOA, TORRE G, 5º ANDAR, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150.000,00 € - CRC LISBOA

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	4
ÂMBITO	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
1 ANÁLISE ECONÓMICA	5
1.1 ANÁLISE AO ACTIVO	5
1.2 ANÁLISE DO PASSIVO.....	9
1.3 FUNDOS PRÓPRIOS	10
1.4 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	11
2 ENDIVIDAMENTO	12
3 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	12
4 ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	13
4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	13
4.2 ESTRUTURA DA RECEITA.....	14
4.4 EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	15
4.5 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	15
4.6 EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA.....	15
5 CONCLUSÕES DE AUDITORIA	16
5.1 SALDOS DE CLIENTES	16
5.2 INVENTÁRIOS.....	17
5.3 IMOBLIZADO EM CURSO	17
5.4 CONTAS BANCÁRIOS ATIVAS	18
5.5 IMOBILIZADO FINANCEIRO	18
5.6 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	19
5.7 TAXA DE RESÍDUOS URBANOS E TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS	19
5.8 GASTOS DO EXERCÍCIO – ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA	20
5.9 PROVISÕES PARA PENSÕES VITALÍCIAS.....	20
6 OUTRAS INFORMAÇÕES	21

NOTA INTRODUTÓRIA

No âmbito do exercício das nossas funções como Revisores do Município de Almada, procedemos à revisão da informação contabilística preparada pelo Município, com referência ao exercício de **2015**, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância e que levamos ao conhecimento de V. Exas.

Procedemos à revisão legal das contas do Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Da análise efectuada emitimos a Certificação Legal de Contas com data de 21 de abril de 2016.

ÂMBITO

Tal como referido acima, procedemos à revisão das contas apresentadas pela CMA, tendo realizado, entre outros, os seguintes procedimentos, com referência a 31 de Dezembro de 2015:

- Reuniões com responsáveis do Município e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que consideramos necessários;
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município;
- Verificação da conformidade da informação financeira, orçamental e patrimonial com a legislação aplicável;
- Análise específica dos mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa e e das principais rubricas integrantes do Balanço e da Demonstração dos Resultados registando e analisando as principais variações do período.

Realizámos ainda os testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos, nomeadamente:

- Verificação dos mapas de execução orçamental;
- Análise e teste dos proveitos e custos registados no período, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município, do mapa de empréstimos e das aquisições em locação financeira;
- Análise e testes das variações de imobilizado;
- Créditos de cobrança duvidosa e ajustamentos por provisão;

- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Com base no conjunto da informação contabilística disponibilizada, referida a 31 de Dezembro de 2015, e para sistematização da análise foram compilados Balanço e Demonstração de Resultados que se analisam em seguida.

1 ANÁLISE ECONÓMICA

Desta forma, apresentamos em seguida comentários sobre as principais variações, evoluções ou assuntos que entendemos levar ao conhecimento do órgão executivo.

1.1 ANÁLISE AO ACTIVO

Descritivo	31.12.2015		31.12.2014		Variação		Estrutura	
	AB	A/P	AL	AL	Abs.	Rel.	2015	2014
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	6 613 714	0	6 613 714	5 746 480	867 234	15%	2%	2%
Edifícios	359 843	22 790	337 053	344 250	-7 197	-2%	0%	0%
Outras construções e infra-estruturas	48 286 920	25 026 032	23 260 888	25 184 622	-1 923 734	-8%	6%	7%
Bens do património histórico, artístico e cultural	915 329	0	915 329	799 590	115 739	14%	0%	0%
Imobilizações em curso	11 700 000	0	11 700 000	11 706 495	-6 495	0%	3%	3%
Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	115 565	115 565	0	0	0	0%	0%	0%
Despesas de investigação e de desenvolvimento	7 718 346	7 398 608	319 737	504 565	-184 828	-37%	0%	0%
Propriedade industrial e outros direitos	5 848 402	5 283 938	564 464	508 186	56 278	11%	0%	0%
Imobilizações em curso	303 955	0	303 955	892 202	-588 247	-66%	0%	0%
Imobilizações corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	68 433 875		68 433 875	68 947 148	-513 273	-1%	17%	18%
Edifícios e outras construções	197 248 968	30 669 336	166 579 633	168 027 354	-1 447 721	-1%	41%	44%
Equipamento básico	8 070 152	6 566 869	1 503 283	1 571 006	-67 723	-4%	0%	0%
Equipamento de transporte	10 227 366	8 055 095	2 172 272	2 182 058	-9 787	0%	1%	1%
Ferramentas e utensílios	489 451	439 667	49 784	54 061	-4 277	-8%	0%	0%
Equipamento administrativo	7 448 730	6 494 673	954 057	1 172 909	-218 852	-19%	0%	0%
Taras e vasilhame	1 824	1 824	0	0	0	0%	0%	0%
Outras imobilizações corpóreas	13 321 023	9 845 429	3 475 594	3 557 516	-81 922	-2%	1%	1%
Imobilizações em curso	4 597 325	0	4 597 325.18	3 745 744	851 581	23%	1%	1%
Adiantam. Por Conta De Imobilizações Corpóreas	113 812	0	113 812	0	113 812	-	0%	0%
Investimentos financeiros								
Partes de capital	31 792 429		31 792 429	33 116 355	-1 323 926	-4%	8%	9%
Obrigações e títulos de participação	4 376 128		4 376 128	4 376 128	0	0%	1%	1%
Existências:								
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	928 841		928 841	928 877	-35	0%	0%	0%
Mercadorias	355 190		355 190	354 399	791	0%	0%	0%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)								
SMAS - Empréstimos de médio e longo prazos	5 665 597		5 665 597	3 342 800	2 322 797	69%	1%	1%
Dívidas de terceiros - Curto prazo:								
SMAS - Emprést. de médio/longo prazo (venc. em n+1)	1 114 267		1 114 267	1 114 267	0	0%	0%	0%
Clientes c/c	3 070		3 070	299	2 771	928%	0%	0%
Contribuintes c/c	153 759		153 759	144 822	8 938	6%	0%	0%
Utentes c/c	517 722		517 722	538 366	-20 644	-4%	0%	0%
Clientes, contrib. e utentes de cobrança duvidosa	2 449 209	2 272 204	177 005	221 411	-44 406	-20%	0%	0%
Outros devedores	964 367		964 367	1 301 309	-336 943	-26%	0%	0%
Depósitos em instituições financeiras e Caixa:								
Depósitos em instituições financeiras	37 135 140		37 135 140	36 768 401	366 739	1%	9%	10%
Caixa	4 071		4 071	3 305	766	23%	0%	0%
Acréscimos e diferimentos:								
Acréscimos de proveitos	32 178 701		32 178 701	1 861 117	30 317 585	1629%	8%	0%
Custos diferidos	934 902		934 902	1 018 573	-83 670	-8%	0%	0%
Total	510 387 995	102 192 030	408 195 965	380 034 615	28 161 350	7%	100%	100%

(valores expressos em euros)

A 31 de Dezembro de 2015, o Activo Líquido ascendia a 408,2 milhões de euros, registando um acréscimo de 28,2 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2014, com destaque para os seguintes aspetos:

- Acréscimo de proveitos - aumento de 30,3 milhões de euros devido essencialmente ao reconhecimento da estimativa de IMI a receber em 2016 (procedimento iniciado em 2015);
- Empréstimos concedidos de médio e longo prazo – aumento de 2,3 milhões de euros, respeitante ao aumento do financiamento junto dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada;
- Investimentos Financeiros – redução de 1,3 milhões de euros, decorrente essencialmente da diminuição do valor da participação detida na Costa Polis (redução de 1,2 milhões de euros).

Analisando a estrutura do activo do Município verificamos que o ativo é essencialmente composto pelas seguintes rubricas:

- Imobilizado – 291,9 milhões de euros (71%);
- Investimentos Financeiros – 36,2 milhões de euros (9%);
- Disponibilidades – 37,1 milhões de euros (9%);
- Acréscimos de proveitos – 32,2 milhões de euros (8%)

A estrutura do ativo do Município manteve-se em linha com o exercício anterior, com exceção dos acréscimos de proveitos, pois estes, em função da necessidade de especialização do IMI de 2015 a receber em 2016, evidenciam um acréscimo de 30,3 milhões de euros.

1.1.1 IMOBILIZADO CORPÓREO, INCORPÓREO E BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO

Descritivo	31.12.2015		31.12.2014		Variação		Estrutura	
	AB	A/P	AL	AL	Abs.	Rel.	2015	2014
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	6 613 714	0	6 613 714	5 746 480	867 234	15%	2%	2%
Edifícios	359 843	22 790	337 053	344 250	-7 197	-2%	0%	0%
Outras construções e infra-estruturas	48 286 920	25 026 032	23 260 888	25 184 622	-1 923 734	-8%	8%	9%
Bens do património histórico, artístico e cultural	915 329	0	915 329	799 590	115 739	14%	0%	0%
Imobilizações em curso	11 700 000	0	11 700 000	11 706 495	-6 495	0%	4%	4%
Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	115 565	115 565		0	0	0%	0%	0%
Despesas de investigação e de desenvolvimento	7 718 346	7 398 608	319 737	504 565	-184 828	-37%	0%	0%
Propriedade industrial e outros direitos	5 848 402	5 283 938	564 464	508 186	56 278	11%	0%	0%
Imobilizações em curso	303 955	0	303 955	892 202	-588 247	-66%	0%	0%
Imobilizações corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	68 433 875		68 433 875	68 947 148	-513 273	-1%	23%	23%
Edifícios e outras construções	197 248 968	30 669 336	166 579 633	168 027 354	-1 447 721	-1%	57%	57%
Equipamento básico	8 070 152	6 566 869	1 503 283	1 571 006	-67 723	-4%	1%	1%
Equipamento de transporte	10 227 366	8 055 095	2 172 272	2 182 058	-9 787	0%	1%	1%
Ferramentas e utensílios	489 451	439 667	49 784	54 061	-4 277	-8%	0%	0%
Equipamento administrativo	7 448 730	6 494 673	954 057	1 172 909	-218 852	-19%	0%	0%
Taras e vasilhame	1 824	1 824	0	0	0	0%	0%	0%
Outras imobilizações corpóreas	13 321 023	9 845 429	3 475 594	3 557 516	-81 922	-2%	1%	1%
Imobilizações em curso	4 597 325	0	4 597 325,18	3 745 744	851 581	23%	2%	1%
Adiantam. Por Conta De Imobilizações Corpóreas	113 812	0	113 812	0	113 812	-	0%	0%
Total	391 814 601	99 919 826	291 894 776	294 944 187	-3 049 412	-1%	100%	100%

(valores expressos em euros)

No decurso do exercício de 2015, a CMA continuou a proceder à análise de um conjunto de obras em curso com antiguidade significativa com vista à respectiva regularização em conformidade com as condições em que as mesmas se encontravam.

Todavia, em relação à obra do Metro ao Sul do Tejo (MST), cujo valor “em curso” é de 11,7 milhões de euros, mantêm-se a não transferência para ativo firme não obstante o equipamento se encontrar em utilização pública, encontra-se por concluir e aceitar auto-de-recepção por desacordo quanto à finalização de alguns aspectos da obra.

1.1.2 IMOBILIZADO FINANCEIRO

A 31 de Dezembro de 2015, o imobilizado financeiro respeita a participações detidas em empresas, associações e ao fundo de apoio municipal.

O valor das participações detidas nas empresas Amarsul, Ecalma e Costa Polis ascendem a 30,4 milhões de euros, sendo que o valor da participação da Costa Polis é de 28,2 milhões de euros.

Em relação às participações detidas nas associações, estas apresentam um valor de 1,4 milhões de euros, à data de 31 de Dezembro de 2015.

O fundo de apoio municipal ascende a 4,4 milhões de euros, encontrando-se realizado em 625,2 mil euros, cumprindo a orientação emitida pela SATA – POCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL).

1.1.3 DÍVIDAS DE TERCEIROS

A 31 de Dezembro de 2015, os saldos apresentam o seguinte detalhe:

Descritivo	31.12.2015			31.12.2014		Variação		Estrutura	
	AB	A/P	AL	AL	Abs.	Rel.	2015	2014	
Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos:									
SMAS - Empréstimos de medio e longo prazos	5 665 597		5 665 597	3 342 800	2 322 797	69%	1%	1%	
Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
SMAS - Emprést. de médio/longo prazo (venc. em n+1)	1 114 267		1 114 267	1 114 267	0	0%	0%	0%	
Cientes c/c	3 070		3 070	299	2 771	928%	0%	0%	
Contribuintes c/c	153 759		153 759	144 822	8 938	6%	2%	2%	
Utentes c/c	517 722		517 722	538 366	-20 644	-4%	6%	8%	
Cientes, contrib. e utentes de cobr. duvidosa	2 449 209	2 272 204	177 005	221 411	-44 406	-20%	2%	3%	
Outros devedores	964 367		964 367	1 301 309	-336 943	-26%	0%	0%	
Total	10 867 991	2 272 204	8 696 787	6 663 274	1 932 513	29%	100%	100%	

(valores expressos em euros)

O valor total das dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes ascende a 3,1 milhões de euros, sendo que 78% deste valor encontra-se classificado como sendo de cobrança duvidosa. O saldo da rubrica referente a clientes de cobrança duvidosa encontra-se provisionado em 93% do seu valor, tendo em consideração aquilo que é a antiguidade dos mesmos e as respetivas taxas previstas no POCAL.

A dívida de 6,8 milhões de euros respeitante ao SMAS de Almada (ver repartição temporal no Balanço acima) reflete a posição financeira dos financiamentos obtidos por via da Câmara junto das respetivas instituições, ocorrendo a respetiva regularização ao ritmo de amortização dos financiamentos associados. O aumento do valor em dívida verificado no exercício em análise diz respeito à obtenção de novos financiamentos para execução de projetos na rede de saneamento e distribuição de água.

1.1.4 DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2015, os depósitos em instituições financeiras diziam respeito a depósitos à ordem no valor de 17,1 milhões de euros e depósitos a prazo no valor de 20 milhões de euros, tendo sido registado um acréscimo na ordem 367,5 mil euros face a 31 de Dezembro de 2014.

1.1.5 ACRÈSCIMOS DE PROVEITOS

A linha do Balanço referente a acréscimos de proveitos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014	Variação	
			Absoluta	Relativa
Impostos Directos	31 903 721	1 285 824	30 617 897	2381%
Resíduos Sólidos	162 892	-	162 892	100%
Juros a Receber	89 160	136 763	(47 604)	-35%
Outros	22 930	438 530	(429 443)	-98%
Total	32 178 701	1 861 117	30 317 585	1629%

(valores expressos em euros)

O aumento verificado na rubrica Impostos Diretos decorre da especialização do IMI de 2015 a receber em 2016, tendo em consideração que a CMA, em 2015, e seguindo orientações datadas de 2015 da tutela, considerou a especialização do exercício económico, refletindo como proveito do exercício o IMI de 2015 a receber em 2016 ao invés do IMI recebido em 2015 (é argumento e consideração que o apuramento do IMI é efetuado com base no valor patrimonial tributário dos imóveis em exercício anterior ao momento do seu pagamento).

1.2 ANÁLISE DO PASSIVO

Descritivo	31.12.2015	31.12.2014	Variação		Estrutura	
			Abs.	Rel.	2015	2014
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo					0%	0%
Provisões para riscos e encargos	1 471 109	6 468 977	-4 997 868	-77%	2%	8%
Empréstimos de médio e longo prazo	29 204 989	29 618 208	-413 219	-1%	39%	36%
Fornecedores em regime de locação financeira	409 596	476 103	-66 507	-14%	1%	1%
IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	102 800	107 600	-4 800	-4%	0%	0%
Estado - Protocolo MST	2 309 643	3 418 630	-1 108 988	-32%	3%	4%
Estado - Unidades de Participação FAM	3 125 806	3 750 967	-625 161	-17%	4%	5%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo						
Empréstimos de médio e longo prazo (n+1)	3 865 000	3 840 000	25 000	1%	5%	5%
Fornecedores em regime de locação financeira (n+1)	330 695	384 473	-53 779	-14%	0%	0%
IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (n+1)	4 800	4 800	0	0%	0%	0%
Estado - Protocolo MST (n+1)	1 108 988	1 108 988	0	0%	1%	1%
Estado - Unidades de Participação FAM (n+1)	625 161	625 161	0	0%	1%	1%
Fornecedores c/c	13 388	106 340	-92 951	-87%	0%	0%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	527 740	317 709	210 031	66%	1%	0%
Credores pela execução do orçamento	0	0	0	100%	0%	0%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 900	1 900	0	0%	0%	0%
Fornecedores de imobilizado c/c	709	20 733	-20 023	-97%	0%	0%
Fornecedores de Imobilizado- Facturas em Recepção	22 297	866	21 431	2474%	0%	0%
Estado e outros entes públicos	571 315	419 633	151 682	36%	1%	1%
Administração autárquica	33 407	33 823	-416	-1%	0%	0%
Outros credores	1 350 522	1 298 840	51 682	4%	2%	2%
Acréscimos e diferimentos:					0%	0%
Acréscimos de custos	5 403 114	4 640 972	762 141	16%	7%	6%
Proveitos diferidos	24 685 518	24 516 586	168 932	1%	33%	30%
Total	75 168 495	81 161 308	-5 992 813	-7%	100%	100%

(valores expressos em euros)

A 31 de Dezembro de 2015, o passivo ascendia a 75,2 milhões de euros, registando um decréscimo de 6 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2014, com destaque para o decréscimo verificado nas provisões para riscos e encargos (redução de 5,0 milhões de euros) e no valor em dívida ao Estado no âmbito do Protocolo MST (redução de 1,1 milhões de euros).

O saldo da rubrica de acréscimos de custos refere-se essencialmente às remunerações a liquidar (3,6 milhões de euros). Importa referir, que os proveitos diferidos são, essencialmente, referentes aos subsídios de investimento, os quais se encontram a ser regularizados ao ritmo das amortizações dos bens subjacentes. Importa ainda salientar que no decurso do exercício em análise a Câmara procedeu à renovação do contrato de concessão da BP, cujo valor foi recebido na sua totalidade, tendo sido efetuado o respetivo diferimento por igual período do contrato celebrado entre as partes, originando um diferimento no valor de 817 mil euros.

O endividamento junto de instituições bancárias a 31 de Dezembro de 2015 era de 33,1 milhões de euros, mantendo-se em linha com o nível de endividamento existente em 31 de Dezembro de 2014. A ausência de um ritmo de decréscimo desta exposição semelhante ao verificado em exercícios anteriores decorre da celebração de novos contratos no âmbito do financiamento de projetos de investimento em execução pelos SMAS de Almada.

De salientar ainda que o Município está envolvido em processos judiciais em curso cuja contingência potencial máxima ascende a cerca de 1,6 milhões de euros, sendo expectável, de acordo com informação obtida por parte dos Advogados, que os actuais processos que se encontram em curso representam eventuais encargos futuros na ordem dos 808 milhares de euros, tendo sido constituídas provisões para processos judiciais em curso no montante de 559 mil euros.

1.3 FUNDOS PRÓPRIOS

Descritivo	31.12.2015	31.12.2014	Variação		Estrutura	
			Abs.	Rel.	2015	2014
Fundos próprios:						
Património	162 151 706	162 151 687	19	0%	49%	54%
Ajust.de partes de capital em empresas	16 782 176	18 093 549	-1 311 373	-7%	5%	6%
Reservas de reavaliação	9 158	9 158	0	0%	0%	0%
Reservas:						
Reservas legais	5 714 946	5 572 768	142 178	3%	0%	0%
Doações	16 450 240	16 405 370	44 870	0%	2%	2%
Resultados transitados	126 529 321	93 797 206	32 732 115	35%	5%	5%
Resultado líquido em exercício	5 389 922	2 843 569	2 546 353	90%	38%	31%
Total	333 027 471	298 873 308	34 154 163	11%	100%	100%

(valores expressos em euros)

Os fundos próprios, a 31 de Dezembro de 2015, ascendiam a 333,0 milhões de euros, sendo de destacar os seguintes movimentos ocorridos:

- Aplicação do resultado líquido do exercício anterior em Resultados Transitados (2,7 milhões de euros) e em Reservas Legais (142 mil euros);
- Reflexo contabilístico do IMI recebido no decurso do exercício de 2015 em Resultados Transitados, tendo em consideração que é entendimento que este respeita a rendimento de 2014;
- Ajustamento do valor das participações detidas em função do valor proporcional sobre os capitais próprios das mesmas, tendo resultado numa redução de 1,3 milhões de euros, com destaque para a participação na Costa Polis.

1.4 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Descritivo	31.12.2015	31.12.2014	Variação	
			Abs.	Rel.
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias	-3 396	-10 310	6 914	-67%
Matérias	-1 769 038	-1 669 683	-99 355	6%
Fornecimentos e serviços externos:	-26 436 774	-25 041 119	-1 395 655	6%
Custos com o pessoal:				
Remunerações	-23 022 440	-21 762 402	-1 260 038	6%
Encargos sociais	-6 668 645	-6 445 606	-223 039	3%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	-7 233 286	-6 537 250	-696 036	11%
Amortizações do exercício	-8 042 629	-8 431 472	388 843	-5%
Provisões do exercício	-108 736	-132 251	23 516	100%
Outros custos operacionais	-828 884	-833 238	4 353	-1%
Custos e perdas financeiros	-422 884	-442 207	19 324	-4%
Custos e perdas extraordinários	-2 421 355	-2 615 895	194 540	-7%
Vendas e prestações de serviços:				
Venda de mercadorias	6 941	11 137	-4 196	-38%
Venda de produtos	2 445	4 749	-2 304	-49%
Prestações de serviços	6 536 532	6 497 908	38 625	1%
Rendas de habitação Social	669 626	683 758	-14 133	-2%
Impostos e taxas	44 204 806	42 726 941	1 477 865	3%
Transferências e subsídios obtidos	19 506 668	18 733 595	773 073	4%
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 571 444	1 751 957	-180 513	-10%
Proveitos e ganhos financeiros	3 354 447	3 665 426	-310 979	-8%
Proveitos extraordinários	6 495 080	2 689 532	3 805 549	141%
Resultado líquido do exercício	5 389 922	2 843 569	2 546 353	90%

(valores expressos em euros)

Da análise efectuada às rubricas da demonstração de resultados destacamos os seguintes aspectos:

- i. Impostos e Taxas - de salientar que 91% desta receita respeita a impostos directos (os quais representam cerca de 42,3 milhões de euros), com destaque para o IMI (30,6 milhões de euros), IMT (6,2 milhões de euros) e IUC (3,4 milhões de euros). De salientar que a receita do IMI e IMT registou um acréscimo de 828,7 mil euros e 1,1 milhões de euros, respetivamente, quando comparada igual período do exercício anterior.
- ii. Prestações de serviços – os proveitos reflectidos nesta rubrica dizem essencialmente respeito à tarifa aplicada aos resíduos sólidos (3,7 milhões de euros) e receitas das instalações desportivas, culturais e recreativas (1,6 milhões de euros).
- iii. Proveitos extraordinários – destaque para a reversão provisões para processos judiciais em curso no valor de 5 milhões de euros, em função da decisão favorável emitida pelo Supremo Tribunal de Justiça referente ao processo P.21127.A/1980.L1.S1.
- iv. Fornecimentos e Serviços Externos – destaque para o aumento dos gastos com trabalhos especializados (451,2 mil euros) e rendas e alugueres (407,1 mil euros).

2 ENDIVIDAMENTO

O endividamento da Câmara Municipal de Almada (empréstimos bancários e leasings) em 31 de Dezembro de 2015 ascende a 33,8 milhões de euros, resultando em custos financeiros associados de 312,9 mil euros no período em análise.

No exercício de 2015, verificou-se o cumprimento do limite de endividamento do Grupo Municipal que se encontra previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, com a margem disponível por utilizar no final do exercício a ascender a 21,3 milhões de euros.

Importa referir que a dívida total de operações orçamentais, com contribuição de entidades do grupo considerados para efeito de cálculo da dívida, nos termos da legislação em vigor, em 31 de Dezembro de 2015 ascendeu a 38,9 milhões de euros.

3 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O Balanço evidencia a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Município, sendo o Activo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio que representam a origem dos fundos.

Risco de endividamento

O rácio de endividamento mostra que o activo é financiado em cerca de 18% (21% em 31 de Dezembro de 2014) através do seu passivo, pelo que cerca de 82% (79% em 31 de Dezembro de 2014) provém dos fundos próprios.

O Passivo é financiado em cerca de 44% por empréstimos de médio e longo prazo, registando um agravamento junto das instituições financeiras (42% em 31 de Dezembro de 2014). O agravamento verificado decorre da obtenção de novos financiamentos junto da Administração Central para execução de projetos dos SMAS de Almada, cujo valor tem reflexo equivalente numa rubrica de ativo.

Solvabilidade

O rácio de solvabilidade a 31 de Dezembro de 2015 ascendeu a 443%, registando uma melhoria significativa face ao rácio a 31 de Dezembro de 2014 (368%), reforçando portanto os níveis de segurança. Importa salientar que esta melhoria decorre essencialmente da afetação a Resultados Transitados dos IMI recebido em 2015, considerado que o resultado do exercício deverá considerar a estimativa deste imposto a cobrar em 2016.

Autonomia Financeira

A autonomia financeira apresenta um rácio de 82% e 79% a 31 de Dezembro de 2015 e

2014, representando capacidade para assegurar significativa parte das responsabilidades de longo prazo.

4 ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) estabelece, no seu ponto 3.1, os princípios orçamentais. Com referência a 31 de Dezembro de 2015 a execução orçamental do Município, face a igual período de 2014 pode ser analisada como se segue:

4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(valores expressos em euros)

Designação	31.12.2015			31.12.2014			Variação da Execução	
	Dotações	Execução	Grau de Execução (%)	Dotações	Execução	Grau de Execução (%)	Absoluta	%
Receitas Correntes	74 883 009	77 517 970	103.52%	71 438 442	73 013 394	102.20%	4 504 576	6.17%
Receitas de Capital	5 439 234	5 449 859	100.20%	4 409 883	3 550 790	80.52%	1 899 069	53.48%
Outras Receitas	5 000	117 717	2354.34%	5 000	362 092	7241.84%	-244 375	-67.49%
Saldo da Gerência Utilizado	12 227 426	12 227 426	100.00%	5 885 440	5 885 440			
Total da Receita	92 554 669	95 312 972	102.98%	81 738 765	82 811 716	101.31%	12 501 256	15.10%
Despesas Correntes	65 532 377	61 405 331	93.70%	60 900 427	57 563 370	94.52%	3 841 961	6.67%
Despesas de Capital	27 022 292	21 299 875	78.82%	20 838 338	15 804 553	75.84%	5 495 322	34.77%
Total da Despesa	92 554 669	82 705 206	89.36%	81 738 765	73 367 924	89.76%	9 337 282	12.73%
Saldo do Exercício de 2015:		380 340						
Saldo do Exercício de 2014:		3 558 352						
Saldo da Gerência Ac.:		35 533 300						

O mapa acima representa a execução orçamental com dados acumulados a 31 de Dezembro de 2015.

Da análise efectuada verificámos que o grau de execução da receita encontra-se acima da execução da despesa, gerando um saldo do exercício de 380.3 mil euros, registando um decréscimo relevante face ao saldo do exercício apurado no exercício anterior (3,6 milhões de euros). Contudo, salientamos que o saldo de gerência acumulado ascende a 35,5 milhões de euros.

Em termos comparativos, salientamos o seguinte:

- Receitas Correntes – apresenta valores superiores comparativamente a igual período do ano anterior no montante de 4,5 milhões de euros, com os impostos directos a apresentarem uma variação na ordem dos 1,9 milhões de euros;
- Receitas de Capital – Aumento de 1,9 milhões de euros, com destaque para a transferência de capital da Administração Central no valor de 3,4 milhões de euros, referente a passivos financeiros a alocar aos SMAS de Almada;
- Despesas Correntes – aumento de 3,8 milhões de euros, com destaque para o aumento dos gastos com pessoal (1,7 milhões de euros) e aquisição de bens e serviços (1,2 milhões de euros);

- Despesas de Capital – aumento de 5,5 milhões de euros, com destaque para o aumento ocorrido em Ativos Financeiros (4,1 milhões de euros), situação essencialmente justificada pelo reflexo do referido no ponto referente às Receita de Capital.

O saldo de execução orçamental ascende a 35,5 milhões de euros e os fundos disponíveis a 37,6 milhões de euros.

4.2 ESTRUTURA DA RECEITA

(Valores expressos em euros)

Descritivo	Receita Arrecadada Dezembro 2015		Receita Arrecadada Dezembro 2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Impostos Directos	42 420 380	45%	40 496 980	42%	1 923 400	4.75%
Impostos Indirectos + Taxas	2 256 419	2%	2 320 953	2%	-64 534	-2.78%
Rendimentos de Propriedade	1 703 343	2%	897 562	1%	805 781	89.77%
Transferências Correntes	19 204 909	20%	17 921 104	19%	1 283 805	7.16%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	11 550 164	12%	10 931 912	11%	618 252	5.66%
Outras Receitas	382 756	0%	444 883	0%	-62 128	-13.96%
Total de Receitas Correntes	77 517 970	81%	73 013 394	77%	4 504 576	6.17%
Venda de Bens de Investimento	12 249	0%	44 114	0%	-31 865	-72.23%
Transferências de Capital	639 713	1%	1 395 165	1%	-755 452	-54.15%
Activos Financeiros	1 114 267	1%	1 114 267	1%	0	0.00%
Passivos Financeiros	3 437 064	4%	0	0%	3 437 064	-
Outras Receitas de Capital	246 566	0%	997 244	1%	-750 677	-75.28%
Total de Receitas de Capital	5 449 859	6%	3 550 790	4%	1 899 069	53.48%
Total de Outras Receitas	12 345 143	13%	6 247 532	7%	6 097 611	97.60%
Total da Receita	95 312 972	100%	82 811 716	87%	12 501 256	15.10%

4.3 ESTRUTURA DA DESPESA

(Valores expressos em euros)

Descritivo	Despesa Paga Dezembro 2015		Despesa Paga Dezembro 2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Pessoal	29 833 061	36%	28 169 769	34%	1 663 292	5.90%
Aquisição de Bens e Serviços	22 916 313	28%	21 682 918	26%	1 233 395	5.69%
Encargos da Dívida	345 067	0%	429 353	1%	-84 286	-19.63%
Transferências Correntes	6 942 656	8%	5 943 041	7%	999 615	16.82%
Subsídios	372 802	0%	287 201	0%	85 601	29.81%
Outras Despesas Correntes	995 433	1%	1 051 087	1%	-55 655	-5.29%
Total das Despesas Correntes	61 405 331	74%	57 563 369	70%	3 841 962	6.67%
Aquisição de Bens de Capital	11 905 379	14%	9 899 451	12%	2 005 928	20.26%
Transferências de Capital	1 487 128	2%	2 081 043	3%	-593 915	-28.54%
Activos Financeiros	4 062 225	5%	0	0%	4 062 225	-
Passivos Financeiros	3 825 283	5%	3 807 592	5%	17 691	0.46%
Outras Despesas de Capital	19 861	0%	16 468	0%	3 392	20.60%
Total das Despesas de Capital	21 299 875	26%	15 804 553	19%	5 495 322	34.77%
Total da Despesa	82 705 206	100%	73 367 923	89%	9 337 283	12.73%

4.4 EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL

(valores expressos em euros)

Funções	Montantes Previstos	Cabimento	Compromissos	Pagamentos	Compromissos por Pagar
Funções Gerais	17 433 968	16 825 358	16 721 439	15 871 886	849 553
Funções Sociais	9 713 796	9 442 343	9 404 168	8 579 200	824 968
Funções Económicas	1 746 986	1 730 222	1 730 222	1 721 865	8 357
Outras Funções	420 078	420 074	420 074	420 074	0
Total:	29 314 828	28 417 997	28 275 903	26 593 025	1 682 878

A dotação do Plano apresenta um valor superior ao apresentado a igual período do exercício anterior devido ao facto de na elaboração do orçamento para 2015 ter sido considerado rubricas de capital.

A 31 de Dezembro de 2015, os compromissos assumidos ascenderam a cerca de 28,3 milhões de euros, encontrando-se por pagar cerca de 1,7 milhões de euros.

4.5 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

(valores expressos em euros)

Funções	Montantes Previstos	Cabimento	Compromissos	Pagamentos	Compromissos por Pagar
Funções Gerais	4 870 909	4 517 769	4 267 891	3 691 362	576 529
Funções Sociais	9 879 801	7 921 434	7 557 800	6 432 951	1 124 849
Funções Económicas	3 229 036	2 915 436	2 834 898	2 406 227	428 672
Total:	17 979 745	15 354 639	14 660 590	12 530 540	2 130 050

O Plano plurianual de investimentos (PPI) é a principal rubrica do orçamento de capital, tendo apresentado, a 31 de Dezembro de 2015, uma execução financeira anual de 70% (Funções gerais – 76%; Funções sociais – 65%; Funções económicas – 75%).

Os compromissos registados ascendem a 14,7 milhões de euros, encontrando-se por pagar 2,1 milhões de euros.

4.6 EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA

Efectuando uma análise do equilíbrio entre receita e despesas, verificamos que as receitas cobradas cobrem as despesas do exercício, apresentando um saldo positivo de 380,3 mil de euros, sendo que as receitas correntes excederam as despesas correntes em 16,2 milhões de euros.

Descritivo	31.12.2015	31.12.2014	Variação	
			Absoluta	%
Receita Cobrada Liquida	83 085 546	76 926 276	6 159 270	8%
Compromissos Assumidos no Exercício	86 797 396	77 103 077	9 694 319	13%
Compromissos Assumidos no Exercício - Pagos	82 705 206	73 367 924	9 337 282	13%
Compromissos Transitados	4 092 190	3 735 153	357 037	10%
Compromissos Assumidos para Futuro	52 139 669	47 704 230	4 435 439	9%

(valores expressos em euros)

Conforme podemos verificar no quadro acima, em 2015, transitaram compromissos assumidos no valor de 4,1 milhões de euros e a receita por cobrar foi de 3,3 milhões de euros.

De acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013, o saldo de equilíbrio orçamental ascende a 12,3 milhões de euros, tendo em consideração o efeito do serviço da dívida de médio e longo prazo.

Nos quadros abaixo estão reflectidos os saldos orçamentais por tipo de receita e despesa.

(valores expressos em euros)

Ano	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Saldo
2014	73 013 394	57 563 370	15 450 024
2015	77 517 970	61 405 331	16 112 639

Podemos verificar que a variação do saldo de receitas e despesas correntes de 31 de Dezembro de 2014 para 31 de Dezembro de 2015 registou um aumento de 418,2 mil euros.

(valores expressos em euros)

Ano	Receitas Capital	Despesas Capital	Saldo
2014	3 550 790	15 804 553	-12 253 764
2015	5 449 859	21 299 875	-15 850 016

Podemos verificar que a variação do saldo de receitas e despesas de capital de 31 de Dezembro de 2014 para 31 de Dezembro de 2015 registou um agravamento de 3,6 milhões de euros.

5 CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Na sequência dos trabalhos de auditoria realizados, apresentamos as principais conclusões, tendo em consideração a relevância das mesmas.

5.1 SALDOS DE CLIENTES

De acordo com a análise efetuada às provisões constituídas para efeitos de cobertura do risco de recuperabilidade de acordo com aquilo que são as regras previstas no POCAL, verificamos que os saldos classificados em clientes de cobrança duvidosa encontram-se adequadamente provisionados. No entanto, da análise efetuada aos saldos de clientes que não se encontram classificados nesta rubrica, verificámos a provável existência de uma insuficiência provisão de 53 mil euros.

Importa ainda salientar que a análise efetuada à recuperabilidade dos saldos de clientes tem subjacente apenas critérios contabilísticos definidos pelo POCAL, não conjugando com critérios económicos, podendo desta forma existir saldos com risco de cobrabilidade não provisionados. Esta situação assume maior importância tendo em consideração a futura implementação do SNC-AP.

5.2 INVENTÁRIOS

De acordo com a análise efetuada aos inventários verificamos que os 1,3 milhões de euros apresentam a seguinte rotação:

- (i) com rotação em 2015 - 871 mil euros;
- (ii) com rotação em 2014 - 89 mil euros;
- (iii) com rotação em 2013 - 104 mil euros;
- (iv) com rotação em anos anteriores a 2013 - 214 mil euros.

Face ao exposto verificamos que existem itens em inventários cuja última data de rotação apresenta uma antiguidade superior a 4 anos, cujos bens em causa ascendem em cerca de 214 mil euros, situação que carece de análise com reforço dos procedimentos de contagem relativamente a estes bens.

Adicionalmente, procedemos à análise da informação referentes às contagens físicas realizadas no decurso do exercício de 2015; dos 937 artigos inventariados, 298 apresentaram divergências para os valores refletidos na contabilidade, mas sem impacto materialmente relevante.

Face ao exposto, recomendamos o seguinte:

- Reforço dos procedimentos de controlo dos bens em inventários para que a sua movimentação física tenha reflexo contabilístico adequado e tempestivo;
- Tendo em consideração a natureza dos bens em inventários deve ser efetuada uma análise global aos itens em inventários para que seja garantida a sua efetiva existência, pois podemos estar a considerar em stock bens que são consumíveis do exercício;
- Efetuar contagens físicas mais abrangentes e sobre itens que cuja rotação apresente antiguidade significativa.

5.3 IMOBILIZADO EM CURSO

Da análise efetuada ao imobilizado em curso verificamos que existe uma evolução significativa quanto à regularização de valores capitalizados para imobilizado firme.

Todavia, os valores referentes à obra do Metro Sul do Tejo continuam em imobilizado em curso, estando este bem em pleno funcionamento. Objetivamente não existe qualquer incumprimento face ao enquadramento contabilístico preconizado pelo POCAL, no entanto, tal situação diverge da atual situação que o bem se encontra, nomeadamente a sua utilização plena não estando a existir o respetivo reflexo contabilístico dessa realidade.

Esta situação assume maior importância tendo em consideração a futura implementação do

SNC-AP.

5.4 CONTAS BANCÁRIOS ATIVAS

Na sequência da análise da base de dados de contas ativas no Banco de Portugal, identificámos três contas de instrumentos financeiros, abertas nos bancos Caixa Geral de Depósitos, Montepio e Banco Comercial Português, sem reflexo contabilístico. De acordo com a informação obtida junto dos serviços, podem tratar-se de contas de cauções, associadas às empreitadas, que não podem ser movimentadas pela Câmara. Recomendamos a obtenção dos devidos esclarecimentos junto das respetivas instituições financeiras e regularização da informação reportada por estas ao Banco de Portugal, se aplicável.

5.5 IMOBILIZADO FINANCEIRO

De acordo com a análise efetuada às participações financeiras verificamos a existência de divergências de valor na participação relativa à AMARSUL (19 mil euros) e MADAN PARQUE (58 mil euros). Tal situação decorre de termos considerado na aplicação do denominado Método de Equivalência Patrimonial (MEP) os ajustamentos provenientes das reservas colocadas pelos auditores externos.

Adicionalmente, face ao que já se encontrava identificado no exercício anterior a Costapolis encontra-se em fase de liquidação, pelo que não dispomos de informação à data de qual poderá ser a recuperabilidade deste investimento.

De salientar ainda que, tendo em consideração a posição da Inspeção Geral das Finanças (adiante IGF), o qual considera que as participações em associações não podem ser consideradas participações financeiras pois não existe remuneração do capital, sendo intenção da Câmara proceder ao desreconhecimento das mesmas durante o exercício de 2016 (à data de referência estas participações ascendem a 1,4 milhões de euros). Sublinhamos ainda a importância de manter registo contabilístico destas participadas, ainda que apresentem (ou venham a apresentar) valor líquido contabilístico de zero.

Considerando aquilo que são os pressupostos subjacentes à gestão pública e o facto de em caso de liquidação o património das associações reverter a favor dos associados na mesma proporção das percentagens detidas, consideramos que é razoável tratar estas participações como imobilizado financeiro, pois não está em causa a natureza da participação detida nem a sua recuperabilidade já que estas refletem a posição detida sobre os capitais próprios das mesmas.

No que diz respeito ao Fundo de Apoio Municipal, consideramos que atualmente não existe informação que permita avaliar a recuperabilidade deste ativo, sendo um tema a acompanhar com vista a verificar de que forma é que o mesmo irá ser valorizado pela entidade gestora do mesmo.

5.6 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

De acordo com a informação obtida junto dos advogados verificamos que o valor das ações em curso é o seguinte:

Advogado	Valor da Ação	Perda Potencial	Provisão	Perdas Não Cobertas
Manuela Sousa	116	s/ info	8	s/ info
António Quelhas	990	615	163	452
Helena Serrano	343	193	193	0
José Gaspar	195	0	195	-195
Total	1644	808	559	257

(valores em milhares de euros)

No que diz respeito aos processos geridos pela Dra. Manuela Sousa, existe dificuldade na definição da probabilidade de desfecho favorável ou desfavorável à CMA tendo em consideração a tipologia dos processos.

As perdas não cobertas referentes aos processos entregues ao Dr. António Quelhas referem-se essencialmente ao seguinte: (i) 1419/09.7TBEALM – perda potencial de 200 mil euros, tendo sido reconhecida uma provisão de 200 euros por lapso de digitação; (ii) 5776/13.2TBALM – perda potencial de 314,7 mil euros, existindo uma provisão de 157,4 mil euros, tendo em consideração que a probabilidade de perder foi definida em 50%; (iii) 21127-A/1980 – perda esperada de 100 mil euros face ao disposto no acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, existindo uma provisão de 5 mil euros.

Deste modo, considerando a informação existente por parte dos advogados verificamos as perdas potenciais não cobertas ascendem a cerca de 257 mil euros, situação que poderá implicar uma insuficiência de provisões para efeitos de cobertura dos encargos futuros, dependendo daquilo que será o efetivo desfecho dos processos judiciais em curso.

Importa salientar que em 2015, o Supremo Tribunal de Justiça pronunciou-se favoravelmente ao Município em relação ao processo n.º 21127-A/1980, cujo valor da ação ascendia a 7,1 milhões de euros, pelo que não é expectável a existência de encargos adicionais para além daqueles que se encontram previstos na sentença proferida, identificados com uma perda potencial de 100 mil euros. Deve referir-se que após a deliberação, foi registada a reversão de uma provisão constituída no montante de 5 milhões de euros.

5.7 TAXA DE RESÍDUOS URBANOS E TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS

A Taxa de Gestão de Resíduos e a Taxa de Resíduos Urbanos é receita da Câmara, contudo a sua cobrança é efetuada através das faturas da água, cuja responsabilidade pela emissão e cobrança é do SMAS de Almada, procedendo à sua transferência para a Câmara à medida que vai cobrando o respetivos valores.

A Câmara regista nas suas contas apenas os valores recebidos, não efetuando a devida especialização dos valores faturados que se encontram por cobrar. De acordo com a informação constante no balancete do SMAS de Almada, encontram-se por entregar à CMA cerca de 1,3 milhões de euros referentes a esta receita.

Considerando o atual *enforcement* para que exista uma devida especialização da receita em função daquilo que efetivamente é devido e não em termos de fluxo de caixa, é necessário que a Câmara proceda à especialização dos valores faturados pelos SMAS de Almada. Contudo, tendo em consideração o risco de recuperabilidade destes valores, o reconhecimento deste acréscimo deverá ser acompanhado por uma provisão que permita cobrir o risco de recuperabilidade deste rendimento.

Na nossa opinião, os atuais valores faturados pelos SMAS de Almada que se encontram por cobrar apresentam um elevado risco de recuperabilidade pelo que o impacto líquido desta especialização no exercício em análise é nulo, não deixando de ser importante, em exercícios futuros, rever o procedimento subjacente a este processo.

5.8 GASTOS DO EXERCÍCIO – ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA

De acordo com a análise de gastos efetuada verificamos que não se procedeu ao diferimento de gastos com apólices de seguro (369 mil euros) e a ausência de acréscimos de gastos referentes a faturas recebidas em 2016 referentes ao período de 2015 (148 mil euros).

Os valores apurados não apresentam materialidade relevante, tendo até em consideração o seu impacto líquido, sendo que consideramos relevante que a Câmara proceda ao reforço dos procedimentos de especialização de gastos por forma a garantir a integralidade dos mesmos, verificando igualmente a possibilidade de efetuar esse controlo através do grau de execução dos compromissos assumidos no exercício.

5.9 PROVISÕES PARA PENSÕES VITALÍCIAS

A informação disponibilizada para efeitos de suporte ao cálculo das provisões vitalícias não se encontra validado por entidade externa especializada em cálculo atuarial, nomeadamente para efeitos de utilização das taxas de mortalidade e taxas de atualização, situação que deverá ser equacionada aquando da aplicação do SNC AP.

Contudo, de acordo com os recálculos efetuados, consideramos que os valores que se encontram provisionados, cobrem de forma adequada os encargos futuros estimados, pelo que concluímos pela conformidade dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

6 OUTRAS INFORMAÇÕES

Desta forma, cumpre-nos comunicar que analisámos o relatório e conta de gerência, a qual cumpre os requisitos legais, e verificámos a concordância da informação financeira nele presente com as demonstrações financeiros do exercício e os mapas de execução orçamental.

Lisboa, 21 de Abril de 2016

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais do **Município de Almada**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 408.195.966 euros e um total de Fundos próprios de 333.027.471 euros, incluindo um resultado líquido de 5.389.922 euros), a Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 82.705.206 euros de despesa paga e um total de 95.312.972 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade das operações efectuadas;

RUA TOMÁS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G - 5º, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 20161394 - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150.000 € - CRC LISBOA

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA POR LIMITAÇÃO DE ÂMBITO

7. A participada COSTAPOLIS – Sociedade para o Desenvolvimento do Programas POLIS na Costa da Caparica, SA (adiante COSTAPOLIS) encontra-se em liquidação, processo que não se encontra sobre o controlo direto do Município de Almada, o que aliado à sua complexidade se traduz numa limitação para a conclusão sobre a eventual imparidade do investimento na participada COSTAPOLIS, investimento que ascende no final do exercício de 2015 a cerca de 28,2 milhões de euros, ou sobre a eventual necessidade de ser reconhecida provisão para riscos e encargos para refletir responsabilidades que venham a ser transferidos na conclusão do referido processo de liquidação.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 anterior, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Almada**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, sublinhamos os seguintes aspetos:
- 9.1. Estão evidenciados no Ativo na rubrica Bens de domínio público, como Imobilizações em curso, cerca de 12,5 milhões de euros de equipamentos que se encontram em utilização pública, relativamente aos quais estão por concluir e aceitar autos-de-receção por questões resultantes das tramitações legais, ou por desacordo quanto à finalização da obra nomeadamente no que respeita ao Metro ao Sul do Tejo cujo valor ascende a cerca de 11,7 milhões de euros.



- 9.2. Estão evidenciados no Ativo cerca de 4,4 milhões de euros respeitantes ao reconhecimento do Fundo de Apoio Municipal (FAM), em conformidade com a Lei 53/2014 que regulamentou o referido FAM e, não obstante a realização do capital ir ser efetuada ao longo de sete exercícios, com início em 2015, o SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL) emitiu nota explicativa, transmitindo o entendimento que o ativo e o passivo fossem reconhecidos pelo valor integral da contribuição definida para o Município, com o passivo a ser desreconhecido à medida da realização prevista. Em 2015 foram realizados cerca de 625 milhares de euros.
- 9.3. De acordo com o parecer emitido pela CCDR, o Município procedeu à especialização da receita de IMI, dado que no entendimento do referido organismo, os montantes recebidos em cada ano têm a sua origem económica no exercício anterior. Desta forma, no exercício de 2015 foi especializada a receita de IMI a receber em 2016 em igual montante ao orçamentado para 2016, tendo sido reconhecido na rubrica de Fundos Próprios - Resultados Transitados, os valores recebidos durante o exercício de 2015, dado tratar-se de uma alteração de política contabilística.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório e conta da Gerência é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de abril de 2016



MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS 51 representada por Paulo Pereira (ROC 1219) e José Rebouta (ROC n.º 1023)